

norte ENERGIA

USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

UHE Belo Monte

Norte Energia S.A. CNPJ: 12.300.288/0001-07

Relatório da Administração 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, a Norte Energia teve um papel relevante no combate aos impactos negativos causados pela pandemia da Covid-19. A Companhia seguiu rigorosamente as recomendações das autoridades sanitárias ao longo do ano e, com planejamento e cautela, superou muitos desafios na operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHE Belo Monte), assegurou a proteção e o bem-estar de seus colaboradores e contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno da Usina e com a conservação da biodiversidade da região.

O Comitê Interno responsável pela execução do **Plano de Contingência da Norte Energia – COVID**, desde 2020, manteve reuniões periódicas de acompanhamento e deliberação sobre as ações direcionadas aos colaboradores da empresa e iniciativas de apoio à região do empreendimento. Ações para a proteção de nossos profissionais continuam em curso com medidas como sanitização dos ambientes, jornada de trabalho flexível e campanhas de sensibilização sobre cuidados com a saúde física e mental, entre outras.

Reforçando a parceria com municípios da região, a Norte Energia fez doações de equipamentos e insumos de saúde às Prefeituras do entorno. Kits de higiene e limpeza também foram doados a moradores da Volta Grande do Xingu, pescadores e ribeirinhos, colaborando, pelo segundo ano consecutivo, com o combate à pandemia. O apoio logístico à campanha de vacinação dos povos indígenas do Médio Xingu, organizada pelo **Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira**, foi outra ação da Companhia que, neste período, contribuiu significativamente para o redução número de casos da Covid-19 junto à população indígena da região, se comparado às demais regiões do país. A UHE Belo Monte, maior hidrelétrica 100% brasileira, produziu 31.795.080MWh de energia limpa e renovável em 2021. O empreendimento, diante da melhora das vazões afluentes, fechou dezembro com um recorde de produção, gerando 4.370,25MW. Outra importante conquista foi a certificação internacional I-REC Standard, que atesta a origem renovável da energia gerada pela Usina e permite a emissão e comercialização de certificados de compensação de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) do escopo 2.

Cabe destacar também a performance das atividades de Manutenção Preventiva de Grande Porte, ação programada que ocorre no período de baixa afluência do rio Xingu. Em 2021, foram realizadas manutenções em 13 Unidades Geradoras, concluídas em dezembro, dentro do previsto. Isso possibilitou compatibilizar a plena disponibilidade das 24 Unidades Geradoras para o SIN com o início antecipado do período úmido da região Norte do país. Como consequência, o índice de Disponibilidade Anual da UHE Belo Monte atingiu excepcionais 99,72%. Já na UHE Pimental, registramos 95,99%. Importantes melhorias em prol do Meio Ambiente também foram implementadas no empreendimento, como a automação da operação das grades anticardume que protegem os peixes contra as variações no funcionamento das turbinas.

O programa de monitoramento e de manutenção, executado ao longo do ano de 2021 nas 36 estruturas de terra e rocha, cuja extensão totaliza 30 quilômetros de crista entre barragens e diques, mais as sete grades estruturais de concreto do Complexo Belo Monte — dentre elas as Casas de Máquina, Torre de Água, Vertedouro, Sistema de Transposição de Embarcação (STE) e Sistema de Transposição de Peixes (STP) — garantiu plena normalidade operacional e total conformidade com a legislação de Segurança de Barragens.

Com a redução dos casos da Covid-19 no segundo semestre de 2021, retomamos a plenitude das atividades do Plano de Ação de Emergência, integrante do Plano de Segurança de Barragens do empreendimento, junto às 10 comunidades que compõem a Zona de Auto Salvamento. Além do recadastramento dos moradores dessas comunidades, foram ministrados treinamentos e houve a realização de um simulado de evacuação. Com parceria entre o Corpo de Bombeiros do Estado do Pará e as Deleções Civis Estadual e Municipais, nosso objetivo de testar a eficácia do Sistema de Notificação de Emergências e avaliar a pronta resposta dos moradores ao chamado de deslocamento para os pontos de encontro preestabelecidos obteve resultados altamente satisfatórios.

Para além das ações já contempladas no licenciamento ambiental da Usina, que são realizadas desde 2011, a Companhia atua de forma decisiva para preservar a adoção do hidrograma B neste ano, por meio do Termo de Compromisso Ambiental firmado com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), visando assegurar a adoção do regime de vazões previsto originalmente no licenciamento ambiental para geração de energia. Mais ainda, encaminhamos ao Ibama a solicitação de renovação da Licença de Operação, conjuntamente com os relatórios de monitoramento que comprovam o cumprimento das condicionantes, conforme licenciamento anterior. O Ibama enviou um grupo de técnicos para avaliar a situação das condicionantes da região e ouvir o que pensam sobre o empreendimento. Até o presente momento, a Companhia aguarda finalização final do órgão ambiental.

Tao importante quanto a alta performance na geração de energia é a seriedade com que administramos nossos compromissos com o licenciamento ambiental. Por esse motivo, em 2021, reforçamos as atividades da Norte Energia a partir dos parâmetros, conceitos, diretrizes e princípios de nossa Política de Sustentabilidade, dentro da agenda ESG (*Environment, Social and Governance*) e aderentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Projetos como o “Energia Verde no Xingu” para substituir geradores de energia a diesel nas comunidades indígenas da Volta Grande do Xingu por placas solares e satélites, e também o “Telemedicina nas Aldeias”, proporcionado pelas antenas de internet via fibra, instaladas pela Companhia, são algumas dessas atividades.

Em 2021, o Conselho de Administração estruturou nosso Comitê de Sustentabilidade com o objetivo de orientar as ações da Norte Energia neste âmbito e, como consequência, a Diretoria Executiva criou a Superintendência de Sustentabilidade, que irá administrar e consolidar as ações em relatórios regulares, conforme as melhores práticas mundiais. Além de estabelecer o monitoramento de metas e indicadores voltados ao desenvolvimento sustentável e contribuir para o combate às mudanças climáticas, essa nova Superintendência passou a gerenciar projetos relevantes e promover diversas iniciativas em favor dessa causa, entre elas o Inventário de Emissões de Gás de Efeito Estufa — GEEEE — e o Relatório de Sustentabilidade 2021 da Norte Energia, que trata, pelo segundo ano, os indicadores da *Global Report Initiative* — GRI. A cargo dessa área também estão as ações voluntárias voltadas à geração de energia renovável, proteção da Amazônia com foco na bacia do rio Xingu e desenvolvimento socioeconômico da região em que está a UHE Belo Monte, além do projeto de responsabilidade social Belo Monte Comunidade.

Resalta-se que, em 2021, a Companhia consumiu 447.764MWh de energia em suas 11 unidades, totalmente compensada com a emissão de certificados de energia renovável, oriundo do Complexo Belo Monte, emitidos e certificados pelo Instituto Totum e apresentados para as respectivas unidades consumidoras. Como retorno e apoio à agenda de sustentabilidade da empresa, foi instituído um grupo de Consultores com experiência nacional e internacional nas áreas ambiental, indígena e social, denominado Conselho de Escola, que se reúne com a diretoria da empresa a cada trimestre.

Cabe destacar que o projeto **Belo Monte Comunidade** retomou gradativamente suas atividades presenciais neste ano, oferecendo gratuitamente cursos profissionalizantes para centenas de moradores de Altamira, incentivando a prática esportiva por meio do Futebol Social e expandindo as ações do projeto para a Volta Grande do Xingu.

Em uma visão geral, a Companhia aumentou de forma significativa seus investimentos na área socioambiental (crescimento de 29%), em conformidade com os compromissos ambientais, mesmo diante das restrições de acesso às comunidades afetadas e sempre em conformidade com as recomendações das autoridades sanitárias.

No campo das finanças, a Companhia teve sucesso na preservação da sua liquidez, o que garantiu o cumprimento dos compromissos relativos ao programa de investimentos e serviço da dívida. O EBITDA, em 2021, foi superior ao ano de 2020 em mais de 26%.

Não obstante o prejuízo recorrente, decorrente do impacto significativo da redução da energia alocada devido ao GSF (fator de ajuste da garantia física), comparativamente ao ano anterior, houve uma redução desse prejuízo em 50%, de R\$ 862 milhões em 2020 para R\$ 432 milhões em 2021. Outro fator que contribuiu para o resultado negativo foi o aumento da taxa de juros (TJLP), que é a base para o cálculo dos encargos financeiros dos empréstimos, que foram 4% acima do mesmo período de 2020.

Em 2021, foi publicada a Resolução Normativa — REN ANEEL 945/2021, para alterar a REN 895/2020, em conformidade com a Lei 14.182/2021, e publicada a REN ANEEL 2.932/2021, contendo o prazo de elaboração de outorga de 318 dias para a UHE Belo Monte, em face da concessão pelos órgãos de outorga pelo GSF, não caracterizados como risco hidrológico. Dessa forma, a nova data final da concessão da UHE Belo Monte é 11/07/2046. Em valores econômicos, o correspondente valor para a Companhia foi de R\$ 9074 milhões, calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Por meio do Despacho da ANEEL nº 3.057, de 05/10/2021, a diretoria da Agência reviu o valor do Auto de Infratção — AI nº 017/2021-SFG — decorrente do Termo de Notificação — TN nº 116/2020-SFG/ANEEI —, que trata do descumprimento do contrato de concessão da UHE Belo Monte, por meio das garantias UG16, UG17 e UG18 do empreendimento, reduzindo o valor de R\$ 1,7 milhões para R\$ 0,4 milhão. O que se refere à comercialização de energia para o ano de 2021, a Companhia vendeu 35.813,328MWh, sendo 28.029,372MWh no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e 7.783,956MWh no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluída a venda para os autoprodutores. O preço médio de venda do ACR ficou em R\$ 142,53/MWh, o preço médio do autoprodutor ficou em R\$ 194,25/MWh, e o preço médio de venda do ACL (sem o autoprodutor) ficou em R\$ 191,89/MWh. A Companhia adquiriu 326.320MWh de energia para revenda no preço médio de R\$ 139,02/MWh. O GSF para o ano de 2021 foi de 77%, sendo que a geração hidráulica, sem considerar os aspectos comerciais, correspondeu a 73% do total de energia gerada pelo sistema.

A adoção compulsória do hidrograma do Ibama no período de janeiro a fevereiro reduziu a receita proveniente da Tarifa Energética de Otimização em aproximadamente R\$ 47 milhões. Tal fato impactou o processo de compra e venda de energia dentro do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), resultando no valor líquido negativo de R\$ 32 milhões para o ano (testado).

Em relação ao Programa de P&D ANEEL, a Companhia aportou R\$ 16,6 milhões em 11 Projetos de P&D, além de ter destinado R\$ 19,3 milhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT — de R\$ 9,7 milhões para o Ministério de Minas e Energia — MME, além de R\$ 32,8 milhões para a Conta de Desenvolvimento Energético — CDE, para fins de modernização tarifária. Por fim, a Companhia recebeu R\$ 169 milhões a título de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos — CFURH, tendo sido destinados R\$ 110 milhões para os municípios de Altamira, Volta Grande do Xingu e a Prefeitura Municipal de Altamira. A Companhia também recebeu R\$ 42 milhões da UHE Belo Monte e R\$ 17 milhões repassados ao Ministério do Meio Ambiente — MMA, MME e Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico — ANA. São boas as perspectivas para 2022, em que a Norte Energia fortalecerá ainda mais a sua atuação em sustentabilidade, consolidando seu relevante papel como geradora e comercializadora de energia renovável para a matriz energética brasileira, bem como agente de desenvolvimento sustentável na Região Amazônica.

01 PERFIL CORPORATIVO

A Norte Energia S.A. é responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte e obtve em 2015 a Licença de Operação nº 1317/2015 (LO nº 1317/2015), concedida pelo Ibama, para iniciar a geração de energia. Essa foi um grande marco para a empresa, que deu início à transição da fase de obras para a operação efetiva do Empreendimento.

Constituída sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), a Norte Energia vendeu o leilão de concessão em abril de 2010 e tornou-se responsável pela construção e operação da UHE Belo Monte. O Empreendimento tem uma capacidade total instalada de 11.233,1MW de geração de energia, e uma de garantia física de 4.571MW médios, conforme estabelecido no Contrato de Concessão. No assunir de desativar a construção e operar a UHE Belo Monte, a Norte Energia firmou o compromisso de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, por meio da geração de energia elétrica limpa, renovável, confiável e a preço justo, utilizando o potencial hidrelétrico do rio Xingu. A Usina é integrante do Sistema Interligado Nacional (SIN) e traz maior segurança em função, principalmente, do melhor aproveitamento das diferenças hidrológicas de cheia e seca registradas entre as diversas regiões do Brasil e de outros países vizinhos, que contribuem com a matriz energética brasileira.

O prazo de concessão e gerenciamento da UHE Belo Monte pela Norte Energia, conforme contrato, é de 35 anos. Em 2021, as atividades da empresa continuaram distribuídas entre Brasília (DF), onde fica sua sede administrativa, Altamira (PA), município polo da região do Empreendimento, e Vitória do Graú (PA), município onde está localizada a estrutura física da UHE Belo Monte. Em dezembro de 2021, 301 empregados próprios integravam o quadro funcional da empresa.

Composição Acionária

A Norte Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, e seus acionistas são provenientes de diferentes segmentos de atuação, além dos fundos de previdência complementar. Em 2021, a Agência Norte Energia Participações S/A teve sua composição alterada. Inicialmente formada apenas pela Vale S.A., a acionista passou a ser composta também pela Cemig Geração e Transmissão S/A, com 49% das ações.

2.1 GOVERNAÇÃO

2.1.1 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável por definir as estratégias de longo prazo da Norte Energia, o Conselho de Administração acompanha a Diretoria na execução das ações estabelecidas, tomando decisões estratégicas sobre temas relevantes no âmbito dos negócios, em consonância com as atribuições conferidas pelo Estatuto Social da empresa.

O Conselho de Administração é composto por 12 membros efetivos e igual número de suplentes, sendo dois deles independentes e eleitos em Assembleia Geral. Ao final de 2021, a Norte Energia contava com 12 Conselheiros de Administração, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, para mandatos unilaterais de dois anos. Membros do Conselho:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (31 DE DEZEMBRO DE 2021)	
Nome	Cargo
Pedro Luiz de Oliveira Jatobá	Presidente
Ney Zanella dos Santos	Conselheiro
José Roberto Bueno Júnior	Conselheiro
Fabio Lopes Alves	Conselheiro
Roberto Parucker	Conselheiro
José Maria Rabelo	Conselheiro
Nélio Henriques Lima	Conselheiro
Sandra Maria Pinto Ribeiro	Conselheira
Ricardo Batista Mendes	Conselheiro
Luiz Eduardo Barata Ferreira	Conselheiro
Marina Freitas Gonçalves de Araujo Grossi	Conselheira independente
Leonard de Paiva Rocha	Conselheiro independente

2.1.2 COMITÊ DE APOIO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Comitês têm caráter consultivo e informativo, formados por especialistas com experiência comprovada. Seu propósito é assessorar o Conselho de Administração em assuntos específicos de suas áreas de atuação, cuja coordenação cabe obrigatoriamente a um conselheiro, não exercendo função deliberativa ou executiva. São eles:

Comitê Financeiro

Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços financeiros e de estudos e propostas requeridos pelo Conselho de Administração relativos a serviços dessa natureza.

Comitê Técnico

Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores especializados de engenharia e construção, bem como dos relatórios de avanços das obras civis, de fornecimento e de montagem.

Comitê de Meio Ambiente

Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços de meio ambiente e dos relatórios de avanço no cumprimento das condicionantes ambientais.

Comitê de Gestão

Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços administrativos e de políticas de remuneração e benefícios.

Comitê de Auditoria, Compliance e Risco

Responsável pela análise e emissão de recomendações sobre trabalhos da auditoria interna, contábil e de auditoria independente, riscos a serem assumidos pela Companhia, controles internos, gestão de riscos e gestão financeira.

Comitê de Regulação e Comercialização

Responsável por acompanhar e elaborar estudos, pareceres e notas técnicas sobre a regulamentação do setor elétrico, as regras de comercialização vigentes e suas alterações.

Nota: O Conselho de Administração da Norte Energia conta, ainda, com o apoio dos comitês de Sustentabilidade, de Seguros e de Operação e Manutenção, mas eles não são estatutários.

2.1.3 DIRETORIA

A Diretoria é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor de Operação e Manutenção, um Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor de Regulação e Comercialização. Todos os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos. Assim como no Conselho, a reeleição da diretoria é permitida.

Atualmente, a Diretoria conta com os seguintes ocupantes:

DIRETORIA (31 DE DEZEMBRO DE 2021)	
Nome	Cargo
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor-Presidente
Luiz Fernando Rolla	Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores
Wady Chelomo Júnior	Diretor de Operação e Manutenção
Franklin Kelly Miguel	Diretor de Regulação e Comercialização

2.1.4 CONSELHO FISCAL

Atuando em caráter permanente, o Conselho Fiscal da Norte Energia desempenha a função de órgão fiscalizador dos atos de gestão. É composto por cinco membros e seus respectivos suplentes, eleitos anualmente em Assembleia Geral. O Conselho Fiscal analisa as demonstrações financeiras e opina sobre planos de investimentos, entre outras atribuições. Ao final de 2021, a empresa contava com os seguintes cinco conselheiros fiscais:

CONSELHO FISCAL (31 DE DEZEMBRO DE 2021)	
Nome	Cargo
Astrogildo Fraguaga Quintal	Presidente
Luís Felipe Montoro Serrão	Conselheiro
José Victor Vieira da Silva Sousa	Conselheiro
Michelle de Frias Braz	Conselheira
Aloisio Macário Ferreira de Souza	Conselheiro

2.2 APOIO À GOVERNAÇÃO

2.2.1 GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

A empresa estruturou a área de Gestão de riscos, Controles Internos e Compliance com o objetivo de fortalecer sua estrutura de governança e apoiar a administração na tomada de decisões com mais eficiência, transparência e segurança, proporcionando ainda maior conformidade para todos stakeholders.

Nesse contexto, foi desenvolvida a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 2019, a qual foi estruturada com base nas recomendações do COSO ERM (padrão internacional) e na Norma ISO 31000. Essa Política define os princípios, as diretrizes e a estrutura para gestão de riscos da empresa. Também foram levantados os riscos corporativos e, com base em metodologia de gestão de risco, identificadas as prioridades para o estabelecimento de planos de mitigação. A matriz de riscos é revisada, no mínimo, anualmente pela área responsável, e é de forma contínua pelos proprietários dos riscos. O monitoramento dos riscos e dos planos de mitigação é constante.

Também sob gestão da Superintendência de Controles Internos, Riscos e Compliance, no que se refere aos riscos relacionados à legislação anticorrupção e lavagem de dinheiro, a Companhia desenvolveu o Programa de Integridade. Nesse programa, incluíram-se normativas e mecanismos que atuam na prevenção, detecção e respostas rápidas às condutas irregulares, sempre pautado em nossa cultura de ética corporativa. As eventuais não conformidades são mensalmente reportadas à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia conta com três linhas de defesa, composta: (i) pelos gestores das áreas de negócios; (ii) pela Superintendência de Controles Internos, Riscos e Compliance; e (iii) pela Auditoria Interna da Companhia.

2.2.2 AUDITORIA INTERNA

Ao longo de 2021, a Norte Energia continuou trabalhando no modelo de gestão de riscos corporativos, com base no COSO ERM (padrão mundial) e na Norma ISO 31000. Com isso, desde 2013, a empresa mantém sua Matriz de Riscos sempre atualizada e atualizada, o que permite identificar, avaliar e auditar os processos operacionais de maior risco e impacto nos resultados. A Auditoria Interna está subordinada organizacionalmente ao Conselho de Administração e funcionalmente ao Diretor-Presidente da companhia, o que permite um nível seguro de independência para seus trabalhos. Anualmente, é desenvolvido, com base em critérios específicos e na matriz de riscos corporativos, o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), que contém os projetos de avaliação de auditoria a serem realizados no decorrer do ano seguinte. O PAAI é aprovado pelo Conselho de Administração após avaliação da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos que o recomendam para aprovação.

A Auditoria Interna segue, ainda, para efeito de organização e execução dos trabalhos, as definições e o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração, por meio do “Internal Auditor”, em seus IPPFs — International Professional Practices Framework — PwC, que audita a companhia no triênio 2015 a 2018. A EY retornou para o triênio 2019 a 2021, obedecendo o rodízio recomendado pelo Conselho de Administração da empresa. Em 2020, a Norte Energia obteve registro de companhia aberta na SVM — Categoria A. No ano de 2021, foi realizada nova tomada de preços para seleção de auditor externo para o período de 2022 a 2024, vencido novamente pela Ernst Young.

2.2.3 AUDITORIA EXTERNA

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e validadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Também estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) validadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os resultados são passíveis, regularmente, pela validação de auditoria externa. As Demonstrações Financeiras do exercício de 2021 foram auditadas pela Ernst Young Auditores Independentes S.S. – EY. A empresa foi responsável pela auditoria do triênio 2013 a 2015. Após esse período, foi substituída pela Price Waterhouse Coopers – PwC, que audita a companhia no triênio 2016 a 2018. A EY retornou para o triênio 2019 a 2021, obedecendo o rodízio recomendado pelo Conselho de Administração da empresa. Em 2020, a Norte Energia obteve registro de companhia aberta na SVM — Categoria A. No ano de 2021, foi realizada nova tomada de preços para seleção de auditor externo para o período de 2022 a 2024, vencido novamente pela Ernst Young.

2.2.4 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL

Para garantir uma gestão mais eficiente, a Norte Energia utilizou o Sistema Integrado de Gestão Empresarial, conhecido como SAP R/3, que foi implementado em outubro de 2012 e consolidado ao longo dos últimos anos. Esse sistema configura-se com um dos principais instrumentos adotados para que a empresa atinja, de forma efetiva, o objetivo de garantir integridade, confiabilidade, transparência, redução de custos e competitividade em sua gestão.

O SAP fornece informações confiáveis em tempo hábil para as tomadas de decisão, tanto para gestores quanto para acionistas. A geração direta, pelo SAP, do arquivo da Escrituração Contábil Digital (ECD) é um exemplo dessa eficiência. O documento é exigido pela Receita Federal desde 2014, após alteração da legislação tributária relativa ao imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.

O Sistema Integrado é dividido em módulos e suporta todos os processos de formação e gestão de ativos, alinhados com as regras societárias regulatórias (em conformidade com a Resolução ANEEL nº 674/2015) e fiscais, de modo a proporcionar à alta administração uma visão clara e inequívoca dos processos organizacionais, sempre com foco na eficiência operacional e financeira.

Os avanços com esse propósito são contínuos na Norte Energia, como, por exemplo, a implantação do módulo adicional de Vendas e Distribuição, que acompanha e controla o faturamento da venda de energia, ocorrida em 2015. Outra evolução nesse sentido foi a consolidação, a partir de 1º de janeiro de 2015, do Plano de Contas da empresa, que seguiu a nova resolução normativa da ANEEL para o setor elétrico, mais a adequação do plano de contas conforme atual em 2014.

O trabalho da Norte Energia no aprimoramento dos seus processos de gestão tem como um dos principais resultados o novo modelo de orçamento, que permite controlar investimentos e despesas com mais precisão e segurança. Para implementar essa modelagem, a empresa formou, em 2013, o Grupo de Trabalho do Orçamento, liderado pela Presidência e composto por colaboradores representantes de todas as diretorias. Essa ação possibilitou o mapeamento de todos os processos que envolvem o orçamento da empresa. Em 2020, a Norte Energia promoveu uma revisão de sua estrutura organizacional, a partir de um estudo desenvolvido por consultoria independente, envolvendo todas as gerências da empresa, que serviu de base para o orçamento daquele ano.

O processo orçamentário conta com as seguintes características: formalidade dos processos de acompanhamento; correção e controle do orçamento da empresa, uma vez que o grupo de orçamento conta com decisão de Diretoria para sua constituição e delegação de competência aos seus membros; multidisciplinaridade, visto que a Norte Energia é formada por diferentes áreas operacionais e de suporte; alinhamento estratégico, que se concretiza pelo relacionamento do grupo de orçamento com a Diretoria e Conselho de Assessoramento do Conselho de Administração; efetividade de suas ações, mediante a implementação de um planejamento e o mapeamento de todos os processos, e prestação de contas, por meio de relatórios de controle orçamentários, que são mensalmente emitidos pelo grupo de orçamento e contém avaliações analíticas e gerenciais detalhadas.

03 SUSTENTABILIDADE E ESTRATÉGIA ESG

3.1 ENERGIA DA AMAZÔNIA ESSENCIAL PARA O PAÍS

O potencial hídrico do rio Xingu só pode ser aproveitado para geração de energia elétrica após a definição de diversas ações socioambientais compensatórias que condicionam, legalmente, a construção e a operação da UHE Belo Monte, no Pará.

Por meio de 117 programas e projetos, a Usina assumiu um papel estratégico para a conservação da biodiversidade na região, para a inclusão social e para o desenvolvimento econômico dos 11 municípios mapeados nas Áreas de Influência Direta (AID) — Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu — e nas Áreas de Influência Indireta (AIi) — Gurupá, Mediciândia, Pacajá, Placas, Porto de Moca e Uruará.

A fase de operação da UHE Belo Monte vem sendo marcada pelo diálogo social constante e pela transparência nas informações fornecidas pela Norte Energia às comunidades locais indígenas e não indígenas, cujo relacionamento vem sendo pautado por práticas ligadas à preservação dos Direitos Humanos dentro de sua atuação empresarial.

Importante destacar que a Norte Energia produz periodicamente relatórios socioambientais que são submetidos à avaliação do Ibama, no intuito de informar a evolução das ações solidificadas nas condicionantes da região, para a inclusão social e para o desenvolvimento econômico dos 11 municípios mapeados nas Áreas de Influência Direta (AID) — Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu — e nas Áreas de Influência Indireta (AIi) — Gurupá, Mediciândia, Pacajá, Placas, Porto de Moca e Uruará.

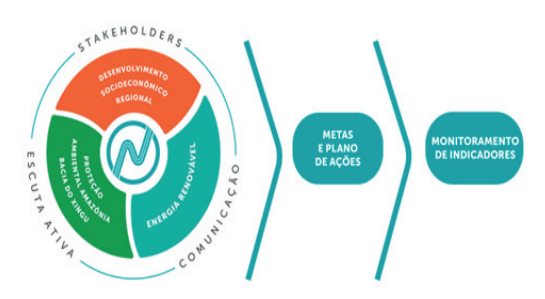
A fase de operação da UHE Belo Monte vem sendo marcada pelo diálogo social constante e pela transparência nas informações fornecidas pela Norte Energia às comunidades locais indígenas e não indígenas, cujo relacionamento vem sendo pautado por práticas ligadas à preservação dos Direitos Humanos dentro de sua atuação empresarial.

Importante destacar que a Norte Energia produz periodicamente relatórios socioambientais que são submetidos à avaliação do Ibama, no intuito de informar a evolução das ações solidificadas nas condicionantes da região, para a inclusão social e para o desenvolvimento econômico dos 11 municípios mapeados nas Áreas de Influência Direta (AID) — Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu — e nas Áreas de Influência Indireta (AIi) — Gurupá, Mediciândia, Pacajá, Placas, Porto de Moca e Uruará.

A fase de operação da UHE Belo Monte vem sendo marcada pelo diálogo social constante e pela transparência nas informações fornecidas pela Norte Energia às comunidades locais indígenas e não indígenas, cujo relacionamento vem sendo pautado por práticas ligadas à preservação dos Direitos Humanos dentro de sua atuação empresarial.

Além disso, a Norte Energia ressaltou que recebeu do Instituto Totum o Certificado I-REC Standard pela produção de energia renovável na UHE Belo Monte. Essa certificação é um selo que garante a origem de energia renovável e permite, inclusive, a emissão e comercialização de certificados de emissões de gases do efeito estufa.

Nesse contexto, cabe destacar que a sustentabilidade foi uma temática transversal na gestão da Norte Energia ao longo de 2021. Direcionada pela Agenda ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança), a evolução do tema dentro da Companhia teve início justamente pelo pilar Governança, marcado pela chegada de um conselheiro independente com foco nesse atributo para o Conselho de Administração, eleito no 71ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2021, para ocupar uma das duas cadeiras de conselheiro independente. A partir daí, foi criada uma área executiva para captar a mente: a Superintendência de Sustentabilidade, que foi estruturada com duas gerências e em seu primeiro ano de funcionamento já desenvolveu projetos relevantes como o novo posicionamento da empresa e os pilares estratégicos de atuação, organizados conforme o esquema abaixo.



Uma das funções da área é estabelecer metas focadas no desenvolvimento sustentável da região em que a Norte Energia está inserida, bem como criar e monitorar indicadores que avaliam a efetividade e o impacto decorrentes de suas ações na região.

Nessa linha, a Superintendência de Sustentabilidade realizou a interlocução com fundações e organizações socioambientais, ONGs e outras empresas para fomentar a geração e o compartilhamento de valor. Em adição, de forma alinhada com a temática ANEEL x Inovação, a Norte Energia deu continuidade ao desenvolvimento de projetos como o Energia Verde no Xingu, cujo propósito é acelerar a transição energética para uma economia de baixo carbono e criada para disponibilizar eletricidade limpa e renovável às aldeias indígenas e às comunidades da Volta Grande do Xingu. Essa iniciativa consiste na instalação de placas fotovoltaicas em plataformas que substituem os combustíveis fósseis atualmente utilizados para a geração de energia.

Outra ação importante da Companhia, no âmbito da sustentabilidade e da contribuição no combate às mudanças climáticas, é a elaboração do 11º Inventário Corporativo de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). O inventário de GEE é uma forma de identificar as fontes de emissões, quantificá-las e minimizá-las, sendo considerado um importante parâmetro que agrega valor e confiança à reputação da Norte Energia.

Essas e outras iniciativas desenvolvidas pela Norte Energia estarão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade 2021, previsto para o primeiro semestre de 2022. Com conteúdo focado nos tópicos mais relevantes para os *stakeholders* da Companhia, o escopo do relato foi definido a partir da revisão da materialidade corporativa e de sua Política de Sustentabilidade. O relatório seguirá os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI), referência internacional para o relato da sustentabilidade, trazendo, ainda, uma série de indicadores alinhados à agenda global da Organização das Nações Unidas (ONU): os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

04 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

4.1 GERAÇÃO DA USINA

A produção de energia em 2021 das UHE Belo Monte e UHE Pimental está apresentada a seguir, em valores mensais.

Mês	Produção mensal de energia (MWh) em 2021		
	UHE Belo Monte	UHE Pimental	Total
Janeiro	1.296.792	146.568	1.443.360
Fevereiro	2.841.888	144.480	2.986.368
Março	6.833.640	155.496	6.989.136
Abril	5.922.560	145.880	6.068.440
Mai	5.176.824	169.144	5.345.968
Junho	1.707.120	166.320	1.873.440
Julho	598.292	120.528	718.848
Agosto	227.664	84.816	312.480
Setembro	182.160	64.080	246.240
Outubro	194.928	55.056	249.984
Novembro	1.064.160	64.800	1.128.960
Dezembro	4.286.184	84.072	4.370.256
Total anual	30.393.840	1.401.240	31.795.080

4.2 INDICADORES DE PERFORMANCE

Os indicadores de disponibilidade das UHE Belo Monte e UHE Pimental foram estabelecidos pela Portaria 248/2015 do MME. Na tabela a seguir, apresentamos os resultados desses indicadores em 2021.

Indicadores da UHE Belo Monte		Referência	2021
Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada — TEIF (%)	2,92	0,13	
Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada — TEIP (%)	0,00	0,14	
Índice de Disponibilidade — ID (%)	97,08	99,72	

Indicadores da UHE Pimental		Referência	2021
Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada — TEIF (%)	1,67	0,42	
Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada — TEIP (%)	5,40	3,60	
Índice de Disponibilidade — ID (%)	93,02	95,99	

1.0 EMPREENHIMENTO

O Brasil possui a matriz energética mais limpa e renovável do planeta, e a Usina Hidrelétrica Belo Monte instalada no Rio Xingu, no Pará, contribui fortemente para esse potencial. A capacidade instalada de 11.233,1MW e a quantidade média de geração de energia de 4.571MW fazem da Usina a maior hidrelétrica 100% brasileira e a quarta maior do mundo.

A energia gerada pela UHE Belo Monte é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) através de cinco linhas de transmissão, depois comercializada da seguinte forma: 70% no mercado regulado para 26 Estados, mediante Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCERAR), por meio de 45 distribuidoras; 10% para autoprodutores, sob o da Norte Energia, por meio de contratos bilaterais de compra e venda de energia; e 20% para o mercado livre.

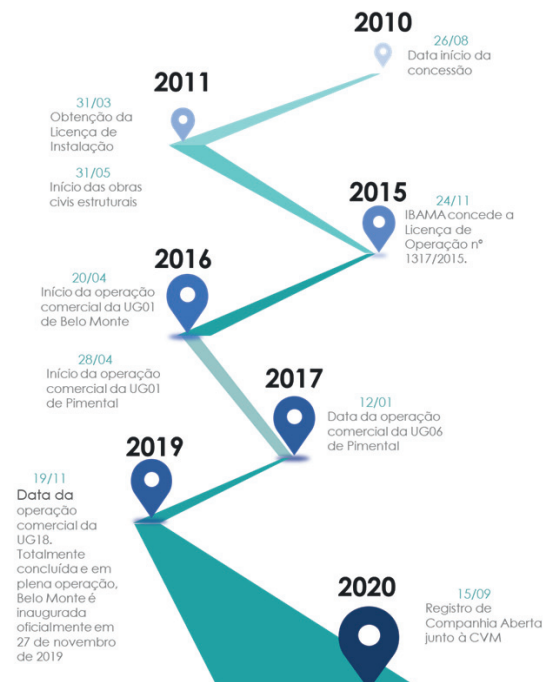
Em 2021, a empresa fez o repasse de R\$ 143,3 milhões aos municípios banhados pelo reservatório da Usina, no Estado do Pará à União, como Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). Além disso, destinou R\$ 48,4 milhões a projetos de pesquisa, regulados pelo Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), conforme as regras do setor elétrico brasileiro. Mais do que produzir energia, a UHE Belo Monte gera riquezas e desenvolvimento socioeconômico. Seu projeto foi licitado pela ANEEL com a operação do tipo “fo d’água”, cujos objetivos são reduzir o impacto ao meio ambiente e também junto às comunidades do entorno. Dessa forma, o Empreendimento não alagou terras indígenas e não prejudicou a vida e a rotina das populações ribeirinhas, uma vez que não comprometeu a pesca, a navegação, o comércio de produtos regionais e a cultura dos povos residentes na região.

A UHE Belo Monte possui reservatórios com área total de 478 quilômetros quadrados, dos quais 274 quilômetros quadrados correspondem ao leito original do próprio rio Xingu no período da cheia. Em comparação ao plano original da década de 1980, a área de inundação foi reduzida em 61%.

Usina a fio d’água

Esse tipo de usina não possui reservatório de acumulação, operando praticamente em queda de água constante, em uma região com grande desnível natural. No caso da UHE Belo Monte, o desnível da Casa de Força Principal, que abriga 18 unidades geradoras do tipo Francis, é de aproximadamente 100 metros. Assim, sua produção de energia varia de acordo com o regime hídrico do rio. A opção por uma usina a fio d’água, como a UHE Belo Monte, por não possuir um reservatório, abre mão de parte do potencial energético do Rio Xingu para manter as populações indígenas em suas terras e o uso dos recursos do rio na pilhas comunidades ribeirinhas. Em termos de comparação, a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, por exemplo, possui capacidade instalada de 14.000MW e uma área inundada de 1.350 quilômetros quadrados. Já a UHE Belo Monte inundou uma área 2,8 vezes menor do que essa, ou seja, de 478 quilômetros quadrados, e possui capacidade instalada de 11.233,1MW.

RESUMO CRONOLÓGICO DOS PRINCIPAIS EVENTOS



02 GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

A estrutura de governança da Norte Energia é formada pelo

continuação

Nos encontros, ficaram evidentes as interpretações distintas na Diretoria Colegiada da ANEEL quanto aos impactos das Usinas Estruturadas em parte considerável do disposto na Lei 13.032/2015, alterada pela Lei 14.025/2020. Adereentes as demandas da Norte Energia e com o objetivo de confirmar a intenção da legislação, o congresso adoteu a Lei 14.182/2021, alterando artigos da Lei 13.032/2015, de forma a deixar claro o direito ao ressarcimento às Estruturadas pelo impacto do GSF nos seus pontos mais relevantes.

Como resultado, por meio da REN 945/2021, a ANEEL regulamentou o direito da Companhia aos ressarcimentos pleiteados, alterando a REN 895/2020, e pela REH 2.932/2021, homologando 319 dias de extensão do Contrato de Concessão, correspondente a R\$ 307 milhões de compensações pelo GSF.

Outros pontos de destaque nas Consultas Públicas foram a alteração da proposta da ANEEL, incluindo as UHE, na possibilidade de criar Usinas Híbridas, gerando condições favoráveis a projetos de usinas fotovoltaicas na UHE Belo Monte; a alteração do entendimento da ANEEL e aceitação do uso do recurso para P&D disponível para atender chamadas públicas realizadas até 01/09/2020, independente da contratação do projeto até essa data, avaliação que o valor fosse deslocado para a CDE; a limitação da adoção da proposta da CPAMP de alteração dos modelos de formação de preços, minimizando riscos de previsibilidade de preços; a provisão de compensação mensal na contabilização e liquidação de compensação às UHE pela oferta de geração adicional de UTE; e a confirmação da manutenção do produto SPR 100 a Norte Energia, apesar de ele ter sido retirado do cardápio da ANEEL por meio da alteração da REN 697/2015.

Cabe citar que a DRC — Diretoria de Regulação e Comercialização — contribuiu com ações das áreas de Operação e Manutenção para emissão pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico — ONS da declaração de atendimento aos requisitos de Resposta de Defesa (DAPR-D) da UHE Belo Monte, evitando penalidades pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Importante ressaltar que a empresa recebeu anteriormente uma multa em ação preventiva da ANEEL, em virtude do atraso de obtenção do DAPR-D da UG3 da UHE Pimante, pagando o valor de R\$ 29.149,69. A obtenção do DAPR-D de todas as unidades geradoras dessa usina está em pauta entre as ações de operação e manutenção da Norte Energia SA e ONS.

Com relação à contratação da entrada das unidades geradoras 13 a 18 da UHE Belo Monte com o 2º lote de transmissão em fase de estabilidade de Rede (Desafio) nº 4.303, de 19 de dezembro de 2017, ocorreu a antecipação do citado 2º lote de dezembro para agosto de 2020. Apesar dos esforços da Companhia, não foi possível a antecipação das unidades geradoras 16 a 18 na mesma data, entrando essas unidades citadas em setembro, outubro e novembro de 2020.

Assim, a ANEEL emitiu multa de R\$ 1.727.101,49 por meio do AI 017/2021-SFG.

Após recurso e manifestações da UHE Belo Monte, além de reuniões entre a empresa e a ANEEL, em decisão da diretoria a Agência Nacional de Energia Elétrica, a multa foi reduzida para R\$ 431.775,37.

A Companhia investiu o aporte de R\$ 16,8 milhões na Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL, contemplando 11 Projetos de P&D, além de três destinados RS 19,4 milhões para o FNCDT, R\$ 9,7 milhões para o MME e R\$ 22,8 milhões para a CDE, para a fim de modernizar tarifária.

Dos projetos foram concluídos ainda em 2021: o Projeto do Medidor de Vazio, que resultou na redução de custo de 50% em relação aos produtos importados, e o Projeto Spartacus II, que apresentou excelentes resultados na representação e simulação de usinas individualizadas, sem necessidade de reservatórios equivalentes.

A Norte Energia fez as seguintes aquisições de projetos de P&D em 2021: Projeto: Biotecnologia aplicada à reprodução de peixes nativos da Volta Grande do Xingu; bases para o uso sustentável.

Contratação: 12/04/2021. Projeto: Desenvolvimento de metodologias inovadoras de restauração ecológica com ênfase no enriquecimento nutricional para a fauna do trecho de vazão reduzida da UHE Belo Monte. Contratação: 12/04/2021.

Contratação: 12/04/2021. Projeto: Desenvolvimento de SHM, Machine e Deep Learning para extração de padrões em estruturas críticas da UHE Belo Monte. Contratação: 21/04/2021.

Projeto: Sistema completo de monitoramento das condições dos taludes de montante das estruturas utilizando ultrassom, blockchain e machine learning. Contratação: 22/04/2021.

5.3.3 PLEITOS À ANEEL. Das solicitações protocoladas pela Norte Energia que se encontram em análise na ANEEL, seguem: Solicitação protocolada em 2019, referente ao ressarcimento por perdas no MRE devido à energia vertida turbinável (EVT). Parte significativa do vertimento turbinável deve-se às restrições de transmissão ao escoamento da energia produzida no Norte para a região Sudeste, maior centro de consumo. Outra parte da EVT deve-se à priorização que o ONS dá à geração eólica do Nordeste e, em alguns momentos, à baixa carga do sistema que, considerando que uma geração mínima ocorre na região Sudeste para atender a vazões sanitárias e térmicas e térmicas, implica EVT na UHE Belo Monte. Em 17 de dezembro de 2021, foi enviado pleito complementar, incluindo a EVT do ano 2021, por meio da carta CE 058/2021-DRC. A perda total da Norte Energia no MRE corresponde à EVT de 2018 a 2021, valorada pela LDC e descontada a CUR-H, atinge cerca de 250 milhões de reais a preço de outubro de 2021.

Solicitação de ressarcimento por custos adicionais de conexão na SE Xingu 500kV, alterações no arranjo da SE Blindada 500kV na UHE Belo Monte e no Sistema Especial de Proteção (SEP), valor de R\$ 18 milhões, valores históricos. O último documento protocolado na ANEEL foi a carta CE 004/2021 - PR, de 12 de janeiro de 2021. A Norte Energia segue solicitando reuniões com a ANEEL, mas sem retorno até o momento por parte da Agência.

Pedido de Exoneração de Indisponibilidades Forçadas (IF) da UHE Belo Monte no período seco, não sendo prejudicial ao atendimento do Despacho do ONS, em preliminarmente pelo que foi concedido às usinas Santo Antônio e Jirau em 2016 e 2021, respectivamente. Pedido feito pela carta CE 055/2021 — DRC, de 27 de outubro de 2021.

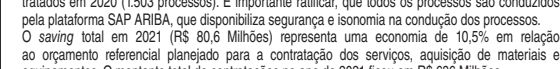
Solicitação de Declaração de Utilidade Pública (DUP), entre 2019 e 2021, para dar andamento às aquisições de terrenos necessários aos atendimentos a requisitos ambientais decorrentes da implantação das usinas e de compromissos formados com o Ibama. Na Nota Técnica nº 882/2021-SG/ANEEL, parte dos pedidos é tratada pela área técnica da ANEEL com recomendação favorável, e, em 10 de janeiro de 2022, foi sorteado diretor relator da matéria. Uma parte dos pedidos ainda merecerá posicionamento futuro da Agência.

06 SUPRIMENTOS E ADMINISTRATIVO

6.1 DESEMPENHO DE SUPRIMENTOS

No exercício de 2021, a área de Suprimentos trabalhou em 1.656 processos abertos pelas diversas áreas da empresa. Esse número representa um aumento de 9,2% em relação ao total de processos tratados em 2020 (1.503 processos). É importante ratificar, que todos os processos são conduzidos pela plataforma SAP ARIBA, que disponibiliza segurança e isonomia na condução dos processos.

O saving total em 2021 (R\$ 80,6 Milhões) representa uma economia de 10,5% em relação ao orçamento formalmente planejado para a contratação dos serviços, aquisição de materiais e equipamentos. O montante total de contratações no ano de 2021 ficou em R\$ 686 Milhões.



6.2 PASSOS Em 2021, o contexto pandêmico fez com que a Norte Energia fortalecesse ações que garantissem a saúde e o bem-estar de seus empregados, mantendo a interação entre as equipes, trabalhando presencial ou remotamente com o objetivo de manter a qualidade e eficiência na prestação do serviço de geração de energia.

Durante o ano, seis edições da **Pesquisa de Bem-estar** foram realizadas, visando compreender o nível e a percepção de segurança dos empregados em relação à pandemia. Os resultados mostraram que a maioria parte dos participantes sentiu-se completamente segura na empresa. Nas primeiras rodadas, significava uma parcela de respondentes que se declarou mais produtiva quando as jornadas eram executadas de forma presencial. Por esse motivo, a Norte Energia intensificou as ações presenciais, seguindo os devidos protocolos de segurança e prevenção à Covid-19. Todavia, para alguns casos, o modelo de trabalho remoto foi necessário e permaneceu atualmente. As edições da pesquisa apontam que as relações interpessoais foram preservadas e que a comunicação da empresa com seus empregados foi excelente nesse formato de trabalho. Mesmo diante de um cenário desafiador, o ano de 2021 para a Norte Energia pode ser resumido com um adjetivo: consolidador. A Companhia entende que estar atenta às tendências para empresas do futuro é fundamental para se destacar em meio a concorrência. Portanto, consolidou ações iniciadas em 2020 e se comprometeu com a busca pela inovação e melhorias em seus processos, implementando programas, projetos e desenvolvendo ferramenta tecnológica para suportar todas as áreas da Companhia a viver a operação plena.

Mais do que inovação tecnológica, a Companhia acredita que o futuro das relações de trabalho está nas pessoas; mais especificamente, na importância, preocupação e zelo com os colaboradores e suas relações interpessoais. Sendo assim, foram desenvolvidos programas e ações de fortalecimento. Entre todos os realizados em 2021, destacam-se:

Projeto Conexão Nossa Gente O projeto Conexão Nossa Gente tem como um dos objetivos mostrar a estrutura organizacional da empresa, definindo as funções de todas as áreas, dos cargos que os compõem, as relações entre eles e a atualização das descrições de todos os cargos.

Esse projeto é multidisciplinar, e as ações foram divididas em quatro etapas: 1) Definição da Arquitetura Metodológica para redesenho das descrições de cargo; contratação de consultoria especializada; definição de Plataforma e Repositório para a documentação e divulgação das descrições de cargo e integração ao SAP; 2) Revisão das Estruturas Organizacional Plena com a rescrita de missão das áreas e das descrições de cargo, incluindo análises das áreas de Treinamento e Desenvolvimento e Saúde e Segurança do Trabalho com a participação de todos os gestores;

3) Disponibilização dessa conexão em plataforma tecnológica, garantindo transparência ao processo e possibilitando que o empregado, de acordo com suas habilidades e competências, visualize oportunidades dentro da Companhia;

4) Assessment — Alinhamento de expectativas Líder e Liderado, além da elaboração de Planos de Ação para desenvolvimento e melhoria de performance (entregas).

Como resultado, o projeto trouxe uma nova estrutura organizacional, atribuindo agilidade e potencializando os processos de gestão de pessoas, garantindo a produtividade necessária a partir da utilização eficaz de competências e conhecimento técnico de cada colaborador.

Outro valor percebido do projeto é o aumento da assertividade no processo de Recrutamento e Seleção, uma vez que já estão previamente definidas as habilidades e competências de cada cargo, automatizado de acordo com a realidade de operação plena das usinas da Norte Energia.

Para o empregado, o valor dessas ações é que se torna mais claro o que a empresa espera de seu desempenho e que a melhor maneira de se conectar ao que é necessário para seu desenvolvimento profissional.

Programa Felicidade no Trabalho Sabe-se que a felicidade no trabalho está diretamente ligada ao sentimento de realização pessoal. Pensando nisso, a Norte Energia desenvolveu o **Programa Felicidade no Trabalho**, que tem o intuito de oferecer bem-estar aos empregados, melhorar o clima organizacional, gerar talentos, aumentar a produtividade e desenvolver competências interpessoais. Quando um indivíduo está realizado com o seu emprego, ele experimenta uma série de sensações positivas, como alegria, motivação e satisfação, que levam à melhoria dos melhores resultados.

Esse programa está pautado na Psicologia Positiva, que defende o desenvolvimento das virtudes para promover a saúde e o bem-estar de indivíduos e de corporações, com ações pautadas em cinco pilares:

Pilar Ações

- Experiência do candidato
- Dia do Colaborador NESA
- Aniversário NESA
- Gift de Natal
- Programa de Integração
- Convênios com Faculdades, Farmácias, Academias (GymPass)
- Day Off aniversário
- NESA Kids
- PID (gamificação — Nesacon)
- Programa de T&D
- Campanha de Comprometimento com o Propósito, Missão, Visão e Valores
- Gamificação
- Voz faz diferença!
- Gente Energia Show (nova edição)
- Café com o Presidente e Diretores
- Circuito do Esporte (no evento grupo Bike)
- Clube do livro
- Cultura do Feedback
- Projeto Resposta
- Campanha de Comprometimento com o Propósito, Missão, Visão e Valores
- Grupo de Voluntariado

Significado

- Ciclo de Pastilhas (livro) sobre Autoconhecimento
- SodePass
- Campanhas de Saúde
- Pipeline da Liderança
- Curso Infância e Mindfulness
- Curso de Segurança
- Educação Financeira (Investimentos)

Realização

- Educação Financeira (Investimentos)

Na Norte Energia, as ações implementadas terão seus impactos mensurados e acompanhados por meio do indicador 'Felicidade no Trabalho'. Futuramente, o que se planeja é medir a Felicidade Interna Bruta (FIB).

6.2.1 EMPREGO

Em dezembro de 2021, o quadro próprio de empregados da Norte Energia era de 301 pessoas: 198 em Almatina (PA) e 103 em Brasília (DF), representando uma redução planejada de aproximadamente 4% em relação ao ano anterior. Esses números evidenciam os resultados de um dos pilares do Projeto Conexão Nossa Gente, cujo intuito é estruturar as atividades vitais para a operação plena. A Norte Energia não efetuou demissões em virtude da pandemia.

Como a consolidação da plena operação em 2020 e 2021, a reestruturação das Superintendências de Operação e Manutenção e a criação da Superintendência de Sustentabilidade, o perfil dos empregos também variou no último ano. Em 31 de dezembro de 2021, dos 301 empregados diretos, 57 atuavam na Operação e Manutenção, 15 na Diretoria de Regulação e Comercialização, 64 nos programas Socioambientais da Norte Energia e 165 nas áreas de apoio e suporte.

Trabalhadores por localidade por gênero

Localidade	2020		2021	
	Total	Mulheres	Total	Mulheres
Almatina	219	60	198	52
Brasília	92	32	61	31
Total	312	92	260	83

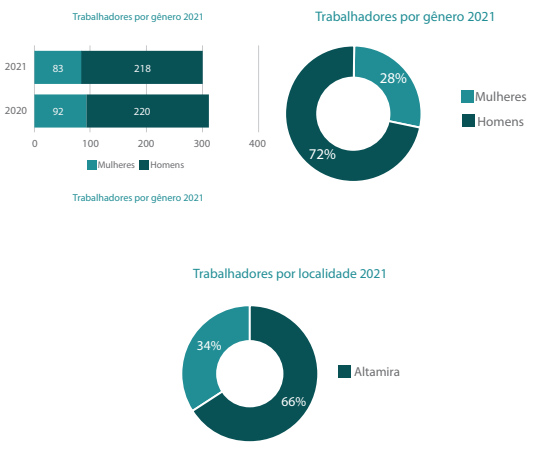
Nesse mesmo período avaliado, o quadro de empregados era composto por 216 homens e 83 mulheres.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/02 de 24/03/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 24/03/2022 18:32. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <http://valor.globo.com/norte-ri/>

Hash#:164807112f2962626bf3bf436c82a25c654fa7ec85

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2021



6.2.2 ROTATIVIDADE O turnover organizacional, principalmente das Superintendências de Operação e Manutenção, tanto o número quanto o perfil dos profissionais elegíveis aos postos de trabalho passaram por mudanças substanciais no último período. A variação ocorreu devido à disponibilidade de profissionais nessas áreas, sendo a maioria do gênero masculino, com idade superior aos 30 anos. Tal fato explica o grau mais elevado de entrada e saída de profissionais que se enquadram nessa categoria.

Devido a isso, apesar das análises, a Norte Energia não vislumbrava práticas que discriminassem profissionais por gênero, idade, raça, etnia, religião ou deficiência, sendo a maioria dos profissionais homens e brancos. Além disso, o último ano, refletiu de estabilidade proporcional nos níveis operacionais. Portanto, a rotatividade do último ano, relativa ao fluxo de desligamentos e admissões.

Turn over por gênero e taxa etária

Número	2020			2021		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Até 30 anos	5	2	3	9	7	2
De 31 a 50 anos	23	8	15	34	12	22
Mais de 50 anos	21	2	19	13	4	9
Total	49	12	37	56	23	33

Percentual

Número	2020			2021		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Até 30 anos	10,2%	4,1%	6,1%	16,1%	12,5%	3,6%
De 31 a 50 anos	45,9%	16,3%	30,6%	60,7%	21,4%	39,3%
Mais de 50 anos	42,9%	4,1%	38,8%	22,2%	7,1%	16,1%
Total	100,0%	24,5%	75,5%	100,0%	41,1%	58,9%

Turn over por faixa etária

Ano	Turnover por gênero		
	Até 30 anos	De 31 a 50 anos	Mais de 50 anos
2020	6	23	21
2021	9	34	13



6.2.4 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO A Norte Energia acredita que o trabalho e a oferta de serviços dependem da qualificação e do desempenho de seus profissionais. Por isso, dedica-se a proporcionar oportunidades de desenvolvimento e capacitação, além de um ambiente de trabalho saudável.

Sendo assim, no ano de 2021, foram realizadas 4.634 horas de treinamentos. A tabela e os gráficos abaixo resumem a evolução do número total e médias de horas de treinamento por categoria profissional nos períodos avaliados.

O número de horas de treinamento aumentou em relação a 2020, que foi um ano atípico devido à pandemia, em que muitas ações de treinamento tiveram que ser postergadas, pois só existem pessoalmente. Também se observa em aumento de horas como resultado da restauração das equipes existentes, devido ao reaproveitamento do quadro de empregados, em que as pessoas tiveram que ser qualificadas em normas regulamentadas, procedimentos internos, entre outros conhecimentos técnicos que as novas atividades e responsabilidades demandam.

Treinamento e aperfeiçoamento por categoria profissional

Categoria	2020		2021	
	Total de Horas	média de horas	Total de Horas	média de horas
Liderança	5	1,4	281	23
Gestores intermediários e técnicos qualificados	332,5	30,2	2780	232
Profissionais e equipe de suporte	673,5	61,4	1573	131
Total	1021	93	4634	386

* Liderança direta: diretores e superintendentes; Controles intermediários e técnicos qualificados: gerentes, gestores, especialistas e analistas; Profissionais e equipe de suporte: pessoal administrativo, técnico e operacional.

Total de horas de treinamento/ano por categoria profissional

Categoria	2020		2021	
	Total de Horas	média de horas	Total de Horas	média de horas
Liderança	5	1,4	281	23
Gestores intermediários e técnicos qualificados	332,5	30,2	2780	232
Profissionais e equipe de suporte	673,5	61,4	1573	131
Total	1021	93	4634	386

6.2.5 SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO No que se refere especificamente aos cuidados com a Saúde do Trabalhador, a Norte Energia conta com equipe especializada na área, responsável pela gestão do Programa de Saúde e Saúde Ocupacional (PMCSO) e Programa de Prevenção à Riscos Ambientais (PPRA).

A equipe responsável por controlar e operacionalizar as ações voltadas à saúde, como a programação de exames ocupacionais, campanhas de saúde e vacinação, entre outras necessárias para atendimento aos programas de saúde, e para garantir o bem-estar do trabalhador. Com esse mesmo foco, também são responsáveis pela realização de Diálogos de Segurança, com temas sobre saúde com as empresas terceirizadas. Entre essas ações, no ano de 2021, foram realizadas Campanhas de Vacinação da Gripe, nas quais foram imunizadas cerca de 420 pessoas, entre funcionários, dependentes e terceiros. Foi o maior do programa de qualidade de vida e monitoramento de casos crônicos, além de gestão de absenteísmo por afastado médico, sendo entregues 307 afastados.

Com a atenção voltada à saúde e bem-estar dos colaboradores, a empresa promoveu avaliações ergonômicas dos postos de trabalho em Brasília e no Pará, garantindo aplicação de tratamento para todos os funcionários, dando início à implementação do Programa Ergonomia.

Outra ação operacionalizada no último período, tornou-se necessário iniciar a gestão ambulatória nas usinas em atendimento às demandas das atividades de O&M. Foram realizados 2893 atendimentos no ambulatório médico e Belo Monte. Entre eles, atendimentos ocupacionais, atendimentos assistenciais, verificação de pressão arterial e outros.

Com o cenário persistente de pandemia, houve a manutenção das ações de prevenção contra a propagação da COVID-19, iniciadas em 2020, que foram deslanchadas no mês referente ao programa 'Segurança da Vida'. Algumas das ações realizadas com esse foco foram aplicação de testes rápidos, além da criação do protocolo de retorno dos casos positivos para COVID-19.

6.5.4 PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO CULTURAL EM SEGURANÇA A Norte Energia entende que a cultura do acidente é essencial para a gestão da segurança do trabalho, principalmente para a prevenção de acidentes. Mais do que aderir a legislação, a segurança a segurança do trabalho deve ser uma medida estratégica que visa o fortalecimento da equipe e, consequentemente, o crescimento e sustentabilidade da empresa.

Sendo assim, em 2021, a Companhia iniciou o Programa de Transformação Cultural da Norte Energia, pautado nos seguintes pilares da SST:

- Governança na Segurança;
- Liderança e Cultura;
- Percepção de Riscos para Líderes e Operadores;
- Gestão de Riscos Críticos;
- Aprendizado com os desvios, incidentes e acidentes;
- Gestão de Contratadas.

As atividades do Programa de Transformação Cultural em Segurança na Norte Energia seguem os padrões estabelecidos pela NBR 14180. Por esse motivo, estão sendo apresentadas tabelas e gráficos com o fôco de taxa de frequência de acidentes sem afastamento (TFCA) e taxa de frequência de acidentes sem afastamento (TFSA) total para empregados próprios e terceiros (optou-se por apresentar dessa forma, uma vez que não houve acidentes com empregados próprios nos dois últimos anos). As taxas de frequência encontradas estão diretamente relacionadas ao valor de H-HER, menores em 2021.

Sob a ótica de Grandeza, é possível observar que, em 2021, está foi menor do que nos anos anteriores. Confirmando que as medidas de segurança do trabalho estão, de fato, impactando positivamente na prevenção de acidentes.

6.5.5 INDICADORES DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR A análise dos gráficos revela que os controles de SST citados anteriormente, como o acompanhamento de contratadas, a estruturação da área de SST e outras ações que foram realizadas para o período, tiveram no decorrer dos anos, com ênfase na redução do número total de acidentes nos últimos períodos e de acidentes com afastamento. Esse índice se manteve mais baixo em 2021, também pela conclusão das etapas de construção e da correlata redução da quantidade de colaboradores.

As ilustrações que apresentam os indicadores de SST dos dois períodos na Norte Energia seguem os padrões estabelecidos pela NBR 14180. Por esse motivo, estão sendo apresentadas tabelas e gráficos com o fôco de taxa de frequência de acidentes sem afastamento (TFCA) e taxa de frequência de acidentes sem afastamento (TFSA) total para empregados próprios e terceiros (optou-se por apresentar dessa forma, uma vez que não houve acidentes com empregados próprios nos dois últimos anos). As taxas de frequência encontradas estão diretamente relacionadas ao valor de H-HER, menores em 2021.

Sob a ótica de Grandeza, é possível observar que, em 2021, está foi menor do que nos anos anteriores. Confirmando que as medidas de segurança do trabalho estão, de fato, impactando positivamente na prevenção de acidentes.

Os quadros e gráficos a seguir representam indicadores de saúde e segurança dos últimos anos.



6.5.6 PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO CULTURAL EM SEGURANÇA A Norte Energia entende que a cultura do acidente é essencial para a gestão da segurança do trabalho, principalmente para a prevenção de acidentes. Mais do que aderir a legislação, a segurança a segurança do trabalho deve ser uma medida estratégica que visa o fortalecimento da equipe e, consequentemente, o crescimento e sustentabilidade da empresa.

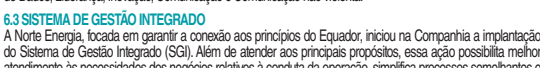
Sendo assim, em 2021, a Companhia iniciou o Programa de Transformação Cultural da Norte Energia, pautado nos seguintes pilares da SST:

- Governança na Segurança;
- Liderança e Cultura;
- Percepção de Riscos para Líderes e Operadores;
- Gestão de Riscos Críticos;
- Aprendizado com os desvios, incidentes e acidentes;
- Gestão de Contratadas.

As atividades do Programa de Transformação Cultural em Segurança na Norte Energia seguem os padrões estabelecidos pela NBR 14180. Por esse motivo, estão sendo apresentadas tabelas e gráficos com o fôco de taxa de frequência de acidentes sem afastamento (TFCA) e taxa de frequência de acidentes sem afastamento (TFSA) total para empregados próprios e terceiros (optou-se por apresentar dessa forma, uma vez que não houve acidentes com empregados próprios nos dois últimos anos). As taxas de frequência encontradas estão diretamente relacionadas ao valor de H-HER, menores em 2021.

Sob a ótica de Grandeza, é possível observar que, em 2021, está foi menor do que nos anos anteriores. Confirmando que as medidas de segurança do trabalho estão, de fato, impactando positivamente na prevenção de acidentes.

Os quadros e gráficos a seguir representam indicadores de saúde e segurança dos últimos anos.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	542.779	1.106.159	Fornecedores	12	494.209	557.714
Contas a receber de clientes	5	721.648	515.323	Emprestimos, financiamentos e debêntures	15	401.011	712.029
Tributos a recuperar	6	89.423	101.432	Partes relacionadas	16	10.695	31.773
Despesas antecipadas	7	52.635	47.538	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	41.832	50.200
Outros créditos	11	83.428	26.425	Uso do bem público (UBP) a pagar	9.3	94.958	91.671
Total do ativo circulante		1.489.913	1.796.877	Provisões socioambientais	17	420.713	340.851
Não circulante				Outras contas a pagar	13	205.523	166.989
Aplicações financeiras	4.2	188.411	-	Total do passivo circulante		1.678.941	1.957.228
Despesas antecipadas	7	748	-	Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	107.328	54.541	Patrimônio líquido			
Tributos a recuperar	6	946	1.705	Emprestimos, financiamentos e debêntures	15	27.991.610	28.220.158
Depósitos judiciais e cauções	10	517.354	544.715	Uso do bem público (UBP) a pagar	9.3	283.251	274.651
Outros créditos	11	3.142	6.992	Provisões socioambientais	17	427.202	808.421
Imobilizado	8	40.112.556	41.672.947	Outras contas a pagar	13	8.458	23.277
Intangível	9	710.661	1.401.991	Total do passivo não circulante		28.705.845	29.357.442
Total do ativo não circulante		41.641.146	42.681.881	Capital social integralizado	18	13.368.556	13.363.568
Total do ativo		43.131.059	44.488.768	Prejuízos acumulados		(622.283)	(189.470)
				Total do patrimônio líquido		12.746.273	13.174.098
				Total do passivo e do patrimônio líquido		43.131.059	44.488.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.396.000	(35.342)	13.360.658	33.546	113.323	184.088	339.966	-	14.031.581
Subscrição e integralização de capital social	-	2.910	2.910	-	-	-	-	2.910	2.910
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(860.393)	(860.393)	-
Absorção de prejuízos acumulados com reservas	-	-	-	(33.546)	(113.323)	(184.088)	(339.966)	670.923	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.396.000	(32.432)	13.363.568	-	-	-	-	(189.470)	13.174.098
Subscrição e integralização de capital social	-	4.988	4.988	-	-	-	-	-	4.988
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(432.813)	(432.813)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.396.000	(27.444)	13.368.556	-	-	-	-	(622.283)	12.746.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. CONSTITUIÇÃO E OUTORGA

Constituída em 21 de julho de 2010, a Norte Energia S.A. ("Companhia" ou "Norte Energia") é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, sem free float. Em 14 de setembro de 2020 a Norte Energia obteve o registro de emissor de valores mobiliários de acordo com a Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2000, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na categoria "A". A Companhia é controlada em conjunto ("joint venture") por meio de Acordo de Acionistas ("Acordo"), do qual todos os acionistas são signatários, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de energia restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada no SEPS 702/902, Torre B, 3º andar, edifício General Alencastro, Asa Sul, Brasília - DF.

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2010 com a União, através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 25 anos a partir da assinatura do referido contrato. Conforme o Contrato de Concessão, a UHE Belo Monte gera um volume de energia elétrica com uma capacidade instalada total de 11.233,1 MW. A garantia física da usina, para efeito comercial, é de 4.571 MW médios, sendo 4.418,9 MW médios referentes à UHE Belo Monte e 152,1 MW médios referentes à UHE Pimental. O contrato versa também que 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado ("ACR"), 10% aos autoprodutores ("APE") e 20% ao mercado livre ("ACL").

Em 8 de setembro de 2020, foi emitida a Lei nº 14.552/2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, no sentido de estabelecer novas condições para a repactuação do fisco hidrológico a ser suportado pelas empresas de geração de energia elétrica. A Lei prevê a possibilidade de compensação financeira às geradoras de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), por riscos não hidrológicos presentes no GSF desde 2012, devido ao deslocamento hidrológico por geração fora da ordem de mérito e importação sem garantia física, além dos impactos causados pelas usinas estruturantes, incluindo a UHE Belo Monte, decorrentes da antecipação da garantia física e de atrasos ou restrições de transmissão associadas às instalações destinadas ao escoamento da energia dessas usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou o tema por meio da Resolução Autotratativa nº 10.828 de 7 de dezembro de 2021, que definiu a extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrológicos, participantes do MRE, atendendo ao disposto na Lei nº 13.203/2015, alterada pela Lei nº 14.052/2020, ainda aprovou a minuta dos Termos Aditivos aos Contratos de Concessão preenchidos conforme Resolução Homologatória nº 2.919/2021. Este será o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a repactuação do GSF nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20. Com a regulamentação emitida, a Companhia registrou um ativo intangível (nota 9) referente a extensão de prazo de outorga em 319 dias, no montante de R\$ 307.422, em contrapartida a recuperação de custos de energia elétrica (nota 20). A amortização do intangível será realizada de forma linear durante o prazo remanescente da concessão. Como consequência, a depreciação do ativo imobilizado e amortização dos intangíveis anteriormente existentes foram ajustadas, prospectivamente, considerando o novo prazo remanescente da concessão, que será encerrado em 11 de julho de 2046.

1.2. LICENÇA DE INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO

Em 6 de junho de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") concedeu Licença de Instalação ("LI"), contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construídos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção de barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada d'água principal, sistema de transposição de embarcações e sistema de transposição de peixes. A LI também mencionou a instalação de uma usina hidrelétrica de pequeno empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construídos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as subestações Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de fora-área associadas à construção das obras principais; e estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

A Companhia obteve a Licença de Operação ("LO"), em 24 de novembro de 2015, junto ao IBAMA, com validade de seis anos, para viabilizar o enchimento do reservatório da usina. Em 16 de julho de 2021, a Companhia solicitou junto ao IBAMA a renovação da LO nº 1317/2015, a solicitação está suscitada em Relatório Consolidado (RC) de Andamento do Projeto Básico Ambiental (PBA) e Atendimento de Condicionantes da referida licença, a referida solicitação, realizada temporariamente, será utilizada para manutenção da LO até a conclusão do processo. Na emissão dessas demonstrações financeiras a Companhia não identifica nenhum obstáculo para obtenção da renovação definitiva e mantém contato constante junto ao órgão competente pela emissão da renovação.

1.3. EMPREENDIMENTO

Em 27 de novembro de 2019, foi inaugurada a Unidade Geradora 18 de Belo Monte em evento que simbolizou a conclusão da usina. Os serviços das obras civis e de montagem realizados desde 2010, possibilitaram a realização de testes das Unidades Geradoras ("UG") de Pimental e Belo Monte e sincronização ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"), assim as UG foram colocadas em operação comercial conforme segue:

Ano	Belo Monte	Pimental
2016	1,2,3	1,2,3,4
2017	4,5,6,7	5,6
2018	8,9,10,11,12	-
2019	13, 14, 15, 16, 17 e 18	-

Além em relação às UGs, a Companhia alinou sua garantia física de geração de energia com a entrada em operação da UG 8 em Belo Monte, sendo 4.418,9 MW médios e 152,1 médios em Pimental.

1.4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

De acordo com o Contrato de Concessão, o início das operações da Usina dar-se-á em 28 de fevereiro de 2015. No entanto, em função de manifestações de representações de comunidades, liminares judiciais, invasões e graves na região da construção do empreendimento, a Companhia encaminhou à ANEEL o pedido de "Excludente de Responsabilidade", solicitando que sejam levadas em consideração todas as paralisações e eventos ocorridos que impactaram efetivamente a execução do cronograma originalmente estabelecido do empreendimento, ainda a Companhia tem mantido gestões junto ao IBAMA, ANA, IPHAN e FUNAI comprovando a continuidade do cumprimento das condicionantes exigidas pela Licença de Operação.

Em 21 de janeiro de 2015, a Companhia efetivou decisão judicial liminar que determinou à ANEEL, até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de aplicar "agravante" quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas na Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME-UHE Belo Monte. Com base nessa liminar e na avaliação de riscos de perda caracterizada como "high level" pelos assessores jurídicos da Companhia, foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do Contrato de Concessão, sendo que o valor estimado de eventual perda para a Companhia gira em torno de R\$ 2.832.000, composto pela soma de potenciais valores de penalidade por insuflância de lastro e potência na entrega de energia elétrica referente às competências de maio a dezembro de 2016 e de janeiro a março de 2017 impostas pela CCEE, pagamento de encargos de uso do sistema de transmissão, recontabilização financeira do Mercado de Curto Prazo e custos financeiros com compradores de energia referentes ao período de vigência da Liminar.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 24 de março de 2021, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 001/2010-MME-UHE Belo Monte, cancelando "as datas de entrada em operação comercial das unidades geradoras (UG) 13 a 18 da UHE Belo Monte com a data de entrada em operação comercial no 2º Biplano da Subestação Xingu, objeto do Contrato de Concessão nº 07/2015-ANEEL, adequando a tabela do inciso XIV, da Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão nº 001/2010-MME-UHE Belo Monte", as demais cláusulas e condições foram mantidas. A Companhia, ainda pleiteia perante a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o reconhecimento formal de um ressarcimento como consequência dos ônus econômico-financeiros decorrentes das restrições de transmissão que impedem o escoamento integral da energia que a UHE Belo Monte encontra-se apta a produzir, do Subsistema Norte para o Subsistema Sudeste.

Trata-se de limitação técnica para o pleno escoamento da energia da UHE Belo Monte decorrente da não implantação das instalações de transmissão do Sistema 500 kV AC outorgadas à Abengoa por meio dos Contratos de Concessão nº 13/2013-ANEEL e nº 12/2013-ANEEL, e de nova outorga por meio do Contrato de Concessão nº 03/2018-ANEEL, mas que ainda não entraram em operação. Em virtude das restrições relacionadas ao atraso na conclusão da integralidade do sistema de transmissão, as quais impedem o pleno intercâmbio entre os subsistemas Norte e Sudeste/Centro-Oeste, a UHE Belo Monte foi constantemente despachada abaixo de sua capacidade de geração. Diante desse cenário, conforme discutido em parecer do escritório, Julio Ceo Advocacia, a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho nº 2.518/2021, de 17/08/2021, reconheceu formalmente, o direito da Norte Energia de ser compensada pelos efeitos das limitações ao pleno escoamento da geração da UHE Belo Monte, em especial aquelas ocasionadas pela não entrada em operação dos ativos de transmissão atualmente objetos do Contrato de Concessão nº 03/2018-ANEEL. Além disso, a Procuradoria Federal junto à ANEEL concluiu que as restrições ao escoamento de energia causadas pelo atraso na entrada em operação ou pela entrada em condições insatisfatórias são passíveis da compensação instituída pelo art. 2º-A da Lei nº 13.203/2015, com redação dada pela Lei nº 14.052/2020.

1.5. OUTROS ASSUNTOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 189.028 e ainda constata quantias em projetos previstos pelo Contrato de Concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE Belo Monte, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários. Os dados financeiros incluídos nesta demonstração financeira, tais como geração de energia em MW e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados/revistos pelos auditores independentes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios e períodos apresentados.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação em reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	19	4.836.435	4.402.647
Custos dos serviços:			
Custos da venda de energia	20	(1.006.375)	(1.369.170)
Custos de operação	21	(2.205.680)	(2.078.982)
Lucro bruto		1.624.380	954.495
Despesas operacionais:			
Administrativas		(96.898)	(99.919)
Depreciação e amortização		(3.588)	(4.617)
	22	(100.481)	(104.536)
		1.523.899	849.959
Lucro operacional antes do resultado financeiro		88.630	159.418
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		2.098.128	(2.025.477)
Despesas financeiras	23	(2.009.498)	(1.866.059)
Imposto de renda do imposto de renda e da contribuição social		(485.599)	(1.016.100)
Prejuízo antes de renda e contribuição social diferidos	24.4	52.786	155.770
Prejuízo do exercício		(432.813)	(860.393)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	18.2	(0,0323)	(0,0642)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(432.813)	(860.393)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(432.813)	(860.393)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Receita operacional bruta	5.619.423	5.137.831
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo com energia elétrica	(1.006.375)	(1.369.170)
Material	(1.862)	(2.921)
Serviços de terceiros	(113.833)	(75.363)
Outros insumos	(405.527)	(349.435)
Retenções:		
Depreciação e amortização	(1.695.307)	(1.696.055)
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	88.630	159.418
Outros resultados operacionais	13	33
Valor adicionado a distribuir	2.485.162	1.804.338
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoa e encargos (com remuneração dos administradores)	83.208	96.238
Impostos, taxas e contribuições:		
Dedução à receita operacional	576.997	536.629
Taxa de fiscalização	37.212	37.557
Utilização de recursos hidricos	168.778	169.998
Tributos diferidos	(52.786)	(155.770)
Remuneração de capitais de terceiros:		
Aluguéis	6.438	3.539
Despesa financeira	2.098.128	2.025.477
Prejuízo do exercício	(432.813)	(860.393)
Valor adicionado distribuído	2.485.162	1.804.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(485.599)	(1.016.100)
Ajustes do resultado de itens sem desembolso de caixa:		
Depreciação e amortização	1.695.307	1.696.055
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.459)	(1.087)
Provisões	(4.486)	1.730
Resultado financeiro	2.054.357	1.924.093
Adiantamento de clientes - reconhecimento da receita		(183.330)
Recuperação de custo por extensão da concessão	(307.422)	-
Recuperação de custo de O&M	(38.940)	-
Baixa de depósitos judiciais	5.028	-
Resultado ajustado	2.914.786	2.421.355
Variações em ativos e passivos das atividades operacionais:		
Contas a receber de clientes	(202.866)	124.357
Tributos	19.014	33.559
Despesas antecipadas	(60.810)	(54.916)
Cauções	31.182	6.492
Outros créditos	(10.769)	6.059
Fornecedores - materiais e serviços em geral	(68.750)	(117.867)
Outras contas a pagar e provisão socioambiental	(333.335)	(190.150)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.288.452	2.229.169
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Aumento de imobilizado (excluindo fornecedores não liquidados)	(91.225)	(211.280)
Aumento de intangíveis (excluindo bens de utilização pública)	(7.480)	(4.509)
Aplicações financeiras, liquidadas	(187.783)	356
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(286.488)	(215.433)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	(2.570.323)	(1.739.048)
Captação de recursos - debêntures e notas promissórias	-	634.414
Integralização de capital	4.988	2.910
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.565.344)	(1.101.724)
Aumento (redução) líquido		

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2021

A seguir a movimentação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 31/12/2019	(5.506)
(Provisão) / Reversão	1.087
Saldo em 31/12/2020	(4.419)
Saldo em 31/12/2021	(4.419)
(Provisão) / Reversão	3.459
Saldo em 31/12/2021	(960)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS (a)	8.511	7.568
IRRF	14.093	5.886
IR/CS	1.301	1.264
PIS a recuperar (b)	11.665	15.338
COFINS a recuperar (b)	51.337	69.046
Outros tributos	3.462	4.035
	90.369	103.137
Circulante	89.423	101.432
Não circulante	946	1.705

(a) Saldos de 2021 são representados pelos créditos de ICMS pagos antecipadamente.

(b) Os débitos de PIS e COFINS gerados na venda de energia estão sendo compensados com os créditos acumulados de exercícios anteriores, de acordo com a legislação vigente.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de seguros	53.383	47.538
Circulante	52.635	47.538
Não circulante	748	-

Refere-se ao prêmio de seguros pagos antecipadamente decorrente de risco operacional e responsabilidade civil renovados em dezembro de 2021. As parcelas mensais de seguros são apropriadas ao resultado no grupo de custos e despesas operacionais (notas 20 e 21, respectivamente).

8. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço		45.516.489	(6.659.297)	38.857.192
Gerção	3,67% a.a.	45.487.518	(6.642.540)	38.844.978
Administração	6,43% a.a.	28.975	(16.757)	12.218
Imobilizado em curso		255.360	-	255.360
Gerção		252.027	-	252.027
Administração		3.333	-	3.333
		45.771.853	(6.659.297)	40.112.556

Saldos em 31/12/2019

Adições	Baixa	Transferências	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2021	Taxa Média Depreciação
Terrenos (a)	886.178	-	-	1.134	887.312	-	20.333	9,07%
Reservatório, barragens e adutoras	16.738.276	-	-	320.609	17.058.885	-	19.939	1,17%
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.328.606	-	-	316.766	4.645.372	-	20.594	0,45%
Máquinas e equipamentos	19.805.806	2.513	-	2.895.690	22.703.999	4.037	118.345	0,52%
Veículos	6.427	787	-	729	7943	-	117	8,00%
Móveis e utensílios	41.785.666	3.487	-	3.534.918	45.304.081	4.709	179.328	0,40%

(c) Depreciação Acumulada

Adições	Baixa	Transferências	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2021	Taxa Média Depreciação
Terrenos	(52.575)	(32.521)	-	(85.096)	(32.937)	-	(118.033)	3,63%
Reservatório, barragens e adutoras	(939.189)	(627.673)	-	(1.566.862)	(621.147)	-	(2.188.009)	3,64%
Edificações, obras civis e benfeitorias	(242.966)	(172.629)	-	(415.595)	(172.315)	-	(587.910)	3,69%
Máquinas e equipamentos	(1.058.530)	(841.163)	-	(1.899.693)	(943.700)	-	(2.843.393)	3,77%
Veículos	(42)	(28)	-	(70)	(36)	-	(106)	9,40%
Móveis e utensílios	(2.296.778)	(1.674.799)	-	(3.971.577)	(1.670.963)	-	(5.642.540)	5,59%

Gerção em curso

Adições	Baixa	Transferências	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2021	Taxa Média Depreciação
Terrenos (a)	1.529	1.107	-	(1.107)	1.529	5.566	(5.566)	1,52%
Reservatório, barragens e adutoras	289.574	32.784	-	(19.518)	2.317	-	(369)	1,94%
Edificações, obras civis e benfeitorias	119.045	58.786	-	(216.948)	6.948	20.700	(20.498)	7,05%
Máquinas e equipamentos	2.212.813	205.717	-	(2.103.538)	10.266	37.669	(44.938)	2,94%
Veículos	360	297	-	(657)	-	117	(117)	-
Móveis e utensílios	90.320	164.895	-	(221.315)	33.900	16.725	(8.201)	42,42%
A reater (c)	475.013	21.978	-	(273.819)	223.172	15.630	(84.647)	15,45%
Estudos e projetos	161.390	-	-	(161.390)	-	-	-	-
Material em depósito	233	2.444	-	-	2.277	7.648	-	9,92%
Depósitos judiciais (d)	46.823	(5)	-	(46.818)	-	-	(14.766)	32,05%
	3.374.932	487.583	-	(3.535.088)	327.127	104.057	(179.157)	252,02%

Administração em Serviço

Adições	Baixa	Transferências	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2021	Taxa Média Depreciação
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.004	-	-	1.004	-	-	1.004	3,31%
Máquinas e equipamentos	19.590	872	(134)	170	20.498	2.002	(3)	17,0%
Veículos	275	172	-	447	-	-	447	14,29%
Móveis e utensílios	4.361	461	(98)	4.724	-	-	378	5,91%
	25.230	1.505	(232)	170	26.673	2.087	(3)	218

(c) Depreciação Acumulada

Adições	Baixa	Transferências	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2021	Taxa Média Depreciação
Edificações, obras civis e benfeitorias	(294)	(34)	-	(328)	(33)	-	(361)	3,31%
Máquinas e equipamentos	(10.754)	(1.674)	-	(12.421)	(1.674)	-	(14.095)	3,77%
Veículos	-	(58)	-	(58)	(64)	-	(122)	9,40%
Móveis e utensílios	(1.648)	(233)	-	(1.881)	(308)	-	(2.189)	5,59%
	(12.696)	(1.952)	-	(14.678)	(2.079)	-	(16.757)	

Administração em Curso:

Adições	Baixa	Transferências	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2021	Taxa Média Depreciação
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	455	2.230	-	2.685	1,52%
Máquinas e equipamentos	-	-	-	547	101	-	648	1,94%
Móveis e utensílios	-	-	-	319	70	-	(389)	-
	-	-	-	1.321	2.401	-	(389)	3,33%
	-	-	-	41.672.875	(1.560.388)	(3)	40.112.556	

11. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a pessoal	1.126	1.126
Adiantamentos a fornecedores	152	4.037
Valores a receber (a)	40.176	1.883
Estoque	1.166	823
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	38.555	17.998
Direito de uso	2.306	4.406
Credivores diversos	5.529	2.259
	89.200	33.417
Circulante	83.428	28.425
Não circulante	3.142	6.992

(a) Valores a serem ressarcidos pela Elettronor relativos ao contrato de O&M conforme nota 16.1.

12. FORNECEDORES

Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Construtor Construtor de Belo Monte (a)	5.441	4.018
Instituto Chico Mendes (b)	124.374	124.374
Outros fornecedores de investimento	253.814	255.571
Emprego de energia (c)	2.242	127.238
Contra da transmissão, conexão e distribuição	10.744	76.406
Outros fornecedores materiais e serviços	618	442
	494.533	588.649
Circulante	494.209	557.714
Não circulante	324	30.935

(a) Rubrica 6 relativa ao término das obras na UHE Belo Monte, o saldo remanescente se deve às medições que estão em andamento para liquidação do contrato, inclusive de desmobilizações.
(b) Em 2016, foi determinado que o valor referente à compensação ambiental fosse depositado em juízo, ficando o valor em aberto na conta do fornecedor até a conclusão do processo judicial (nota 10).
(c) A provisão de compra de energia feita em 2020, foi realizada no exercício de 2021. Em 2021 a Companhia possui o valor de R\$ 14.703,7 líquido de provisão, tanto em contas bilaterais como em exposição na CCEE.

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributos retidos na fonte a recolher	7438	4.308
Tributos a recolher:		
ISS (a)	28.800	26.139
INSS	3.517	3.935
PIS/COFINS/CSLL	55.677	54.920
ICMS	6.897	4.317
Outros tributos a recolher	1.811	537
Obrigações trabalhistas	19.549	16.854
CFURH (b)	29.237	4.323
P&D (b)	52.742	66.807
Passivo de arrendamentos	4.106	5.023
Outros	1.582	4.283
	6.897	190.267
Circulante	205.523	166.989
Não circulante	8.458	23.277

(a) Conforme nota 10, item (b), a parte controversa do recolhimento mensal do ISS retido do CBMM nos Municípios de Altamira e Vitória do Xingu estão sendo depositados em juízo, totalizando R\$22.596.
(b) Refere-se a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH - e a Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme estabelecido pela ANEEL.

14. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

(i) Causas prováveis

Provisões civis	Provisões trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2019	17.197	8.975
Revertida durante o exercício	(73.921)	(6.915)
Constituída durante o exercício	86.587	10.277
Em 31 de dezembro de 2020	29.863	20.337
Revertida durante o exercício	(18.882)	(3.725)
Constituída durante o exercício	6.897	4.317
Em 31 de dezembro de 2021	17.678	24.154

Em 2021, a constituição de provisão civil foi de R\$ 6.897 com o valor até aqui consolidado em R\$ 17.678. Nesse exercício ocorreu a constituição de provisão na ação de cobrança ajuizada pela Construtora Lorenzoni Ltda. em face do Norte Energia S.A., na qual objetiva o recebimento de valores oriundos de medição realizada no contrato de Construção DS-S-0129-2016. O valor provisionado para essa ação está em R\$ 868, sendo o caso com maior constituição nesse exercício, que contribui para o aumento da provisão civil.
Neste exercício foram realizadas reversões relacionadas aos processos de natureza civil no valor de R\$ 18.882. Houve a reversão na Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Pará, Ministério Público do Estado do Pará e Ministério Público Federal em face da Companhia, em que pretendem que parte dos recursos alocados ao PDRS do Xingu - desmobilizados pela Norte Energia S.A. e administrados pela UHE - fossem destinados ao custeio do Plano de Contingência Hospitalar da Região do Xingu - diante da situação emergencial gerada pelo COVID-19. O valor revertido para essa ação foi de R\$ 6.041, sendo o caso com a maior reversão nesse exercício.
A provisão trabalhista no valor de R\$ 24.154 refere-se, principalmente, a processos em que a Norte Energia foi citada como responsável subsidiária e atualizações de valores. No exercício, as reversões de provisões trabalhistas montam R\$ 3.725.
Em 04 de abril de 2016, a Companhia teve uma ação civil pública ajuizada pelo Estado do Pará e Ministério Público Federal, que também envolve o IBAMA, ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que tem por causa pedir a suspensão nulidade parcial da decisão, proferida pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal, que deliberou acerca da destinação dos recursos previstos na compensação ambiental decorrente da implantação da UHE Belo Monte. Essa ação de antecipação parcial do efeito da tutela, foi determinada o depósito judicial do valor de R\$ 124.974 que seria destinado ao Estado de Mato Grosso, o qual foi prontamente atendido pela Norte Energia em 27 de abril de 2016 (Notas 10 e 12).
Nesse exercício foram realizadas reversões relacionadas aos processos de natureza civil no valor de R\$ 18.882. Houve a reversão na Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Pará, Ministério Público do Estado do Pará e Ministério Público Federal em face da Companhia, em que pretendem que parte dos recursos alocados ao PDRS do Xingu - desmobilizados pela Norte Energia S.A. e administrados pela UHE - fossem destinados ao custeio do Plano de Contingência Hospitalar da Região do Xingu - diante da situação emergencial gerada pelo COVID-19. O valor revertido para essa ação foi de R\$ 6.041, sendo o caso com a maior reversão nesse exercício.
Existem, ainda, ações nas quais a Companhia é parte envolvida, que com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos possuem prognóstico de perda positiva:
(a) Ações referentes a indenizações pela desocupação, avaliações de benfeitorias em propriedades desapropriadas, indenizações diversas e outras ações civis no valor estimado de R\$ 245.494. Há também processos de curso administrativo em decorrência de procedimentos junto a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, que não estão insersos no item "T" e "G" abaixo, por supostas infrações ao plano de gestão de resíduos sólidos da UHE Belo Monte. A maioria dos procedimentos administrativos cabíveis está sendo aplicada, inclusive interposição de recursos administrativos. O assunto não implica qualquer suspensão das referidas licenças, que continuam válidas, e, por isso, as obras e demais atividades do empreendimento seguem seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a atuação, destaca que as desconformidades apontadas não implicam "teleros embasamentos negativos".
(b) Procedimento arbitral no âmbito da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em que o valor atualizado dos pedidos da contraparte é de R\$40.168 (valor atualizado pelo Índice IPCA-E) referente a supostos não cumprimentos contratuais por parte da Norte Energia S.A. em relação ao Consórcio Montador de Belo Monte (CMBM) (nota 28.c). Em março de 2021, quando da realização dos cálculos após recebimento do laudo Contábil do CMBM, a assessoria técnica Figueiredo Associados realizou uma nova apreciação dos pedidos do CMBM, o que acarretou na redução dos valores atualizados para "Possível" com base nos referidos laudos atualizados, o valor estimado de possível perda na arbitragem é de R\$ 136.727,4 estimativa, embora embasada em laudos técnicos, depende de confirmação por sentença arbitral, a qual não está sob o controle da Companhia.
(c) Ações trabalhistas onde a Norte Energia foi incluída no polo passivo na qualidade de responsável subsidiária e direta, no valor estimado de R\$ 7.081 e R\$ 7.08, respectivamente. A Companhia possui também ações trabalhistas no valor total estimado de R\$ 585.
(d) A Companhia possui autuações tributárias administrativas no valor estimado de R\$ 3.758. O aumento do valor se explica em razão da Companhia ter sido autuada pela Prefeitura de Altamira/PA visando a cobrança do valor da multa proferida nos autos do Processo Administrativo nº 3118/2019 estimado em torno de R\$ 3.111.
(e) Liminar com efeito de suspensão da penalidade por insuficiência de lastro na entrega de energia elétrica referente às competências de maio a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017 impostas pela CCEE. A suspensão abrange valores referentes a EUST (Encargos de Utilização do Sistema de Transmissão), liquações financeiras do Mercado de Curto Prazo e Vazão e a serem pagos a autoprodutores que possuem, junto a insuficiência de lastro, o valor estimado de R\$ 2.822.000.
(f) A Companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) em relação a possíveis descumprimentos de condicionantes da Licença Ambiental de Instalação (LI) e da Licença de Operação (LO) da UHE. O valor estimado total destes casos com prognóstico de perda Possível é de R\$ 50.887. Não compõe esta soma os Processos Administrativos com imposição de multa diária administrativa. Como se trata de multa diária é necessária decisão do IBAMA que considere o valor da multa e indique o período de aplicação. Todos os procedimentos administrativos cabíveis estão sendo aplicados, inclusive interposição de recursos administrativos. O assunto não implica qualquer suspensão das referidas licenças, que continuam válidas, e, por isso, as obras e demais atividades do empreendimento seguem seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a atuação, destaca que as desconformidades apontadas não implicam "teleros embasamentos negativos".
(g) Com relação ao tema do Termo de Compromisso Ambiental (TCA) que é descrito na nota 17, foi ajuizada pelo Ministério Público Federal uma Ação Civil Pública (ACP) em face da Companhia e IBAMA, que objetiva questionar a legalidade do TCA e buscar a revisão do hidrográfico de consenso estabelecido no processo de licenciamento da UHE Belo Monte, pretendendo que seja aplicado um Hidrográfico Provisório, até que sejam apresentados dados técnicos que demonstrem a capacidade

de suporte do Rio Xingu e a segurança das vazões a serem praticadas no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) do Rio. Neste lado, foi deferido o pedido antecipatório que determinou, dentre outras questões, ao IBAMA e a Norte Energia a aplicação em 2021 de um regime de vazão equivalente, no mínimo, ao previsto no Hidrográfico Provisório de Defeito no PT nº 133/2019/IBAMA/COHID. A Norte Energia e o IBAMA recorrem da decisão e foi deferido o efeito suspensivo pelo Presidente do TRF-1, mantendo-se inculcino o TCA celebrado com o IBAMA. No momento a decisão do TRF-1, que deferiu o efeito suspensivo, permanece vigente.
Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incursos até a data das demonstrações financeiras.
Empréstimos e financiamentos - BNDES
Em 2011 ocorreu a primeira captação do empréstimo ponte (parcela direta) com o BNDES e de nota promissória com o Banco BTG Pactual. Em 2012 ocorreu a segunda captação do empréstimo ponte (parcela indireta) com o BNDES, através dos repasses da CEF - Caixa Econômica Federal e do Banco ABC Brasil, e de nota promissória com o Banco BTG Pactual.
No dia 21 de novembro de 2012, o BNDES aprovou um financiamento de R\$22.500.000, sendo R\$3.685.300 relativos à linha de crédito FINAME - PSI e R\$18.814.700 à linha de crédito do FINEM. Esse valor será repassado da seguinte forma: R\$9.814.700 serão repassados diretamente ao BNDES - R\$7.000.000, pela Caixa Econômica Federal e outros R\$2.000.000, pelo Banco de Investimentos BTG Pactual.
Nos R\$ 22.500.000 aprovados, R\$ 2.000.000 relativos aos subcréditos A2, B2, C2 e D2 estavam condicionados a apresentação de Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) de 2019 a 2042. Como a Norte Energia não apresentou os contratos, os agentes financiadores BNDES, CAIXA e BTG decidiram por suprir tais subcréditos no adiantamento dos contratos de financiamento. Conforme detalhado a seguir:

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento - BNDES	27.637.548	28.264.432
Debêntures	755.073	667.755
	28.392.621	28.932.187
Circulante	401.011	712.029
Não circulante	27.991.610	28.220.158

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incursos até a data das demonstrações financeiras.
Empréstimos e financiamentos - BNDES
Em 2011 ocorreu a primeira captação do empréstimo ponte (parcela direta) com o BNDES e de nota promissória com o Banco BTG Pactual. Em 2012 ocorreu a segunda captação do empréstimo ponte (parcel

continuação

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Suprimento de energia elétrica (a)	4.713.491	4.503.941
Energia elétrica de curto prazo	905.932	633.690
PS (91.914)	(91.914)	(85.716)
COFINS	(423.361)	(394.815)
ICMS	(13.358)	(12.072)
CFURJ (b)	(168.778)	(160.998)
Outras deduções da receita	(85.577)	(61.583)
	4.836.433	4.402.647

(a) Os valores liquidados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, sendo 78% do volume bancário e/o depósito em conta corrente. O aumento de receita no exercício é referente a atualização dos preços de venda por índice de preços conforme contrato.

(b) Refere-se à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURJ.

20. CUSTOS DE VENDA DE ENERGIA

	2021	2020
Custo de compra de energia	(147.037)	(245.714)
Recuperação de custo por extensão da concessão (nota 1.1)	307.422	-
Encargos de transmissão, conexão e distribuição (a)	(1.112.493)	(1.034.393)
Serviços de operação e manutenção (b)	(52.498)	(88.519)
	(1.006.203)	(1.369.170)

(a) O aumento nos encargos de transmissão, conexão e distribuição está alinhado à demanda de disponibilidade das linhas de transmissão.

(b) A redução deve-se ao realcilo e por serviços assumidos pela Companhia no contrato junto a Estetionote (nota 16).

21. CUSTOS DE OPERAÇÃO

	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	(30.956)	(4.131)
Pessoal	(44.597)	(43.561)
Administradores	(4.765)	(6.594)
Serviços de terceiros	(72.118)	(18.262)
Depreciação e amortização	(1.691.724)	(1.691.438)
Seguros (a)	(398.154)	(320.240)
Segurança e aluguéis	(3.459)	1.089
Provisão	(13.650)	(20.048)
Outros	(2.205.680)	(2.078.982)

(a) Refere-se ao prêmio do seguro pelo repasse do risco hidrológico pago à CCEE.

22. DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	(44.597)	(43.561)
Administradores	(4.765)	(6.594)
Materiais	(1.140)	(1.419)
Serviços de terceiros	(41.718)	(33.102)
Depreciação e amortização	(3.583)	(4.617)
Arrendamentos e aluguéis	(6.438)	(3.339)
Seguros	(11.775)	(1.109)
Passagens	(1.318)	(740)
Internet	(1.526)	(1.682)
Provisão	4.486	(1.730)
Legais e judiciais	(2.154)	-
Outros	3.807	(6.443)
	(100.481)	(104.356)

23. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2021	2020
Juros sobre aplicações financeiras (a)	57.296	20.614
Juros e variações monetárias (b)	30.236	85.753
Outras receitas financeiras (c)	1.096	53.051
Receitas financeiras	88.630	159.418
Juros sobre empréstimos e financiamentos (d)	(2.030.766)	(1.969.576)
Outras despesas financeiras	(67.362)	(55.901)
Despesas financeiras	(2.098.128)	(2.025.477)
Resultado financeiro	(2.009.498)	(1.865.059)

(a) A Companhia obteve resultado superior nas aplicações financeiras em relação ao exercício comparativo por conta da alocação em produtos de menor rentabilidade conforme mencionado na nota 4.

(b) Em 2020, foram reconhecidos os juros e atualizações monetárias relativos à integralização em dívida de capital.

(c) Em 2020, foram revertidos os ajustes a valor presente dos contratos de UPB devido à atualização das taxas de desconto (nota 9).

(d) O valor dos juros é relacionado substancialmente aos encargos dos empréstimos e financiamentos (nota 15).

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda corrente e diferido é apurado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis, às alíquotas explicitadas na legislação vigente em 15%, adicionada de 10% sobre a base tributável que ultrapassar R\$ 240.000, já a contribuição social evidenciada no resultado da Companhia é obtida com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%.

O saldo das contas de prejuízo fiscal e IRPJ diferido (ativo e passivo) são contabilizados pela alíquota efetiva de 6,25%, decorrente da utilização do benefício de redução de 75% do IRPJ (SUJUM - Lucro do Explorador), vigente até 2027.

(a) **Composição do imposto de renda e contribuição social**

	2021	2020
Imposto de renda	(485.599)	(485.599)
Contribuição social	(1.016.100)	(1.016.100)
Total	(1.501.699)	(1.501.699)

(b) **Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	222.860	222.860
Contribuição social	66.270	66.270
Total	289.130	289.130

(c) **Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	1.033.111	1.033.111
Contribuição social	329.626	329.626
Total	1.362.737	1.362.737

(d) **Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	1.033.111	1.033.111
Contribuição social	329.626	329.626
Total	1.362.737	1.362.737

A composição do imposto diferido ativo (passivo) líquido é apresentada da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo fiscal diferido	289.130	289.130
Passivo fiscal diferido	(1.362.737)	(1.362.737)
Total	(1.073.607)	(1.073.607)

O ativo fiscal diferido representa o direito de crédito decorrente da aplicação da alíquota efetiva de 6,25% ao imposto de renda e contribuição social diferido, líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativos) resultantes dos prejuízos fiscais e base negativa foram registrados com base na probabilidade de realização, por meio de juros tributáveis futuros, oriundos das operações de venda de energia. Tal probabilidade baseou-se no estudo elaborado pela Administração (plano de recuperação e impairment) de forma que a expectativa é de começar o aproveitamento fiscal dos prejuízos acumulados em 2023.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (passivos) decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

(e) **Cronograma de realização do imposto diferido líquido:**

	Ativo	Passivo	Valor líquido
2022	12.770	(25.629)	(12.859)
2023	10.197	(6.596)	1.601
2024	6.125	(6.596)	6.241
2025	16.539	(6.596)	18.047
2026	29.300	(6.596)	20.704
2027 em diante	254.495	(162.485)	92.010
	329.626	(222.498)	107.128

(f) **Incentivos Fiscais:** 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, estabelece que terão direito à redução de 75% do IRPJ e adicionais calculados com base no Lucro da Estação de pessoas jurídicas que tenham projeto para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia prioritários para o desenvolvimento e estejam situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Por meio dos laudos constitutivos nº 153/2017 e nº 154/2017, a SUJUM aprovou o direito da Companhia ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto sobre renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração da atividade de geração de energia elétrica, enquadrada no setor de infraestrutura, considerado prioritário para fins do benefício, conforme Decreto 4.212, de 26 de abril de 2017, para as seguintes empresas:

- UHE Belo Monte: Laudo Constitutivo nº 153/2017 - Fuição do Incentivo: 2018 a 2027;
- UHE Pimental: Laudo Constitutivo nº 154/2017 - Fuição do Incentivo: 2017 a 2026.

Os pedidos de reconhecimento dos incentivos correspondentes aos Laudos Constitutivos mencionados foram protocolizados na Receita Federal do Brasil (RFB) em 20/02/2018. Em 12/09/2018, através do Despacho Decisório 0739/2018 - DI01DRF-Brasil/DF, a Receita formalizou o deferimento do pedido de reconhecimento do incentivo de redução de imposto de renda correspondente ao Laudo Constitutivo da UHE Pimental.

No entanto, no tocante à UHE Belo Monte, em 20/06/2018, expiro o prazo de 120 dias para que a Receita Federal do Brasil notificasse a Companhia de decisão contrária ao pedido efetuado. Conforme artigo 9º § 2º do Decreto 4.212/2002, Dessa forma, após expirar o prazo da RFB, a Companhia, para fins legais, encontra-se em pleno gozo da redução, para o período de fruição do incentivo. Nesse contexto, a Companhia iniciou, a partir do ano-calendário 2018, o aproveitamento do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, vigente pelo período de 10 anos, conforme indicado em seu laudo constitutivo.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa ao seu fluxo normal por qualquer um dos fatores de riscos abaixo:

(a) **Risco:** A Companhia iniciou sua operação comercial e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim influenciados.

(b) **Risco de crédito:** A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno e reduzir o risco de crédito. No entanto, a Companhia possui o risco de crédito decorrente da utilização de recursos do IRPJ e CSU diferido. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutores) em que o risco de crédito é mitigado pelo próprio intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CITEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada